

**COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS
DO RIO GRANDE DO NORTE – CAERN**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2014**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN

Natal – RN

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião adversa sobre as demonstrações financeiras

(1) A Companhia não procedeu a adequação do ICPC 01 que trata de contratos de concessão, seu reconhecimento e mensuração, e, portanto, não reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário de acordo com essa interpretação. Diante de tais circunstâncias ficamos impossibilitados de avaliar e opinar sobre os novos procedimentos que deveriam ter sido aplicados, bem como identificar o montante e impacto no resultado da Companhia.

(2) Os controles internos mantidos pela Companhia com relação aos grupos “Ativo Circulante e Ativo Não Circulante – Contas a receber de clientes e outros recebíveis e provisão para créditos de liquidação duvidosa”, não nos possibilitaram a aplicação de determinados procedimentos de auditoria, que e, conseqüentemente, nos permitiriam concluir sobre a adequação dos saldos dessas contas, e também, sobre a correção do valor das correspondentes receitas operacionais líquidas, das despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(3) Os controles internos mantidos pela Companhia com relação ao grupo “Ativo Não Circulante – Imobilizado” não são satisfatórios, principalmente em função das fragilidades nos processos de transferências dos bens provenientes das obras em andamento para o imobilizado técnico. Essas inconsistências não nos possibilitaram a aplicação de determinados procedimentos de auditoria, e também, concluir sobre a adequação das despesas com depreciação registradas no seu resultado.

(4) Embasada no CPC 07, que trata de subvenção e assistência governamentais, a Companhia optou por registrar no grupamento do “Passivo Não Circulante – Receita diferida” os valores provenientes de repasses do Orçamento Geral da União – OGU recebidos a título de convênios para construção de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios do Estado do Rio Grande do Norte, passando a ser reconhecida como receita em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. Sucede que, pela falta de controle atualmente existente para bens componentes do patrimônio da Companhia, com grandes atrasos na capitalização de obra finalizada como bem componente do imobilizado técnico, esta prática deverá comprometer o registro da receita de subvenção na proporcionalidade da sua depreciação. Não foi possível mensurar os efeitos da adoção desta prática nas demonstrações financeiras.

(5) Os controles internos mantidos pela Companhia com relação ao grupo “Ativo Circulante – Estoques” apresentaram-se com muitas inconsistências e fragilidades de informações, e não nos possibilitaram a aplicação de determinados procedimentos de auditoria, o que nos impossibilitou de concluir sobre a adequação dos saldos dessa conta.

Opinião adversa sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, devido à relevância dos efeitos mencionados no parágrafo base para opinião adversa (1) a (5), as demonstrações financeiras acima referidas não representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da **Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

(1) Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras ainda não estão adequadas às normas internacionais de contabilidade. No caso da Companhia suas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), no que se refere a: i) registro dos ativos de concessão, considerados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, no Ativo Imobilizado, enquanto que para fins de IFRS, são Ativos Intangíveis; ii) registro de ativos contingentes, registrados pelas práticas contábeis no Brasil, enquanto que para fins de IFRS não são reconhecidos; iii) ativos imobilizados, nas normas contábeis adotada no Brasil inclui bens da concessão, enquanto que para fins de IFRS considera somente bens não vinculados a concessão.

(2) A decisão da Companhia de classificar no exercício de 2014 o montante de R\$ 65.502.912 no “Passivo Não Circulante – Receita diferida” referente aos valores provenientes de repasses do Orçamento Geral da União – OGU gerou uma alteração do procedimento contábil para o adotado até o

exercício de 2013, onde tais valores eram registrados diretamente como receita de subvenção no resultado da Companhia.

Consequentemente, em 31 de dezembro de 2013, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão apresentados diferentemente e, se comparados com o exercício de 2014, incluem receita de subvenção de R\$ 38.582.621, líquidos dos efeitos tributários. Não houve reclassificação das demonstrações financeiras do exercício de 2013 para fins de comparabilidade com o exercício de 2014.

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Estas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para opinião adversa sobre as demonstrações financeiras”, não representam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Natal (RN), 17 de abril de 2015.

Chronus Auditores Independentes S/S

CRC – PE – 000.681/0 – 5 “S” – RN

Rosivam Pereira Diniz

Contadora – CRC – PE – 014050/O-4 - “S” – RN

George Claudio Martins Rodrigues

Contador – CRC – PE – 016212/O-3 - “S” – RN

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	Período base findo em:	
		31/12/2014	31/12/2013
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	76.641.250	68.318.238
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	4	59.857.675	46.101.051
Estoques	5	37.794.592	26.707.480
Impostos a Recuperar	6	6.457.047	6.003.029
Adiantamentos		297.622	436.131
Depósitos judiciais	15	959.368	3.281.206
Despesas do exercício seguinte		3.065	5.042
Total do Ativo Circulante		182.010.619	150.852.176
Ativo Não Circulante			
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	4	4.441.234	4.248.130
Créditos fiscais	7	26.975.343	22.621.025
Outros créditos de subvenções	16	1.820.685	-
Investimentos		21.171	21.171
Imobilizado	8	789.039.838	709.879.512
Total do Ativo Não Circulante		822.298.271	736.769.838
Total do Ativo		1.004.308.890	887.622.014

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	Período base findo em:	
		31/12/2014	31/12/2013
Passivo			
Passivo Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	9	42.540.463	35.052.537
Empréstimos e financiamentos	10	2.196.699	-
Obrigações tributárias	11	6.710.573	7.427.268
Obrigações sociais	12	17.086.232	14.600.740
Parcelamento de impostos	13	1.530.367	1.469.690
Parcelamento Cosem	14	10.729.669	16.383.239
Total do Passivo Circulante		80.794.003	74.933.475
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	7.613.768	-
Parcelamento de impostos	13	8.043.266	4.195.732
Parcelamento Cosem	14	126.746.452	121.502.480
Provisões para demandas judiciais	15	18.469.251	13.866.940
Receitas Diferidas	16	65.502.912	-
Total do Passivo Não Circulante		226.375.649	139.565.151
Patrimônio Líquido			
Capital social	17	833.571.706	773.885.255
Reservas de Capital		117.360.346	117.360.346
Reservas de Reavaliação		3.962.793	3.962.793
Prejuízos Acumulados		(276.899.779)	(281.771.457)
		677.995.067	613.436.937
Adiantamentos para futuro aumento de capital		19.144.171	59.686.451
Total do Patrimônio Líquido		697.139.238	673.123.388
Total do Passivo		1.004.308.890	887.622.014

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Operações			
Receita Líquida	18	439.719.787	416.368.504
Custo dos serviços prestados	19	(262.193.444)	(219.454.458)
Lucro bruto		<u>177.526.343</u>	<u>196.914.046</u>
Despesas administrativas	20	(85.645.028)	(74.772.545)
Despesas comerciais	21	(62.377.814)	(64.334.130)
		<u>(148.022.842)</u>	<u>(139.106.675)</u>
Lucro operacional		<u>29.503.501</u>	<u>57.807.371</u>
Receitas financeiras	22	5.444.412	3.354.091
Despesas financeiras	23	(28.880.132)	(17.488.445)
Resultado financeiro líquido		<u>(23.435.720)</u>	<u>(14.134.354)</u>
Lucro líquido antes da Provisão do Imposto de Renda e da Contribuição Social		<u>6.067.780</u>	<u>43.673.016</u>
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.196.102)	(2.016.962)
Lucro líquido do exercício		<u><u>4.871.679</u></u>	<u><u>41.656.055</u></u>
Lucro líquido por ação do capital social no fim do exercício		<u><u>0,0058</u></u>	<u><u>0,0538</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro líquido do exercício	<u>4.871.679</u>	<u>41.656.055</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>4.871.679</u></u>	<u><u>41.656.055</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Sub-Total	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	732.765.733	117.360.347	3.962.793	(323.427.513)	530.661.360	41.119.427	571.780.787
Aumento de Capital - AGO/AGE de 29/04/2013	41.119.525	-	-	-	41.119.525	(41.119.525)	-
Créditos recebidos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	59.686.546	59.686.546
Lucro líquido do exercício	-	-	-	41.656.055	41.656.055	-	41.656.055
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	773.885.258	117.360.347	3.962.793	(281.771.459)	613.436.940	59.686.448	673.123.388
Aumento de Capital - AGO/AGE de 28/04/2014	59.686.451	-	-	-	59.686.451	(59.686.451)	-
Créditos recebidos para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	19.144.171	19.144.171
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	4.871.679	4.871.679	-	4.871.679
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	833.571.709	117.360.347	3.962.793	(276.899.780)	677.995.070	19.144.168	697.139.238

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método Indireto
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>		
Lucro do Exercício	4.871.679	41.656.055
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	32.086.698	30.935.021
Provisão para devedores duvidosos	27.551.165	25.095.822
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	132.104	-
Juros e variações monetárias sobre parcelamentos de impostos	1.061.074	2.148.527
Juros e variações monetárias sobre parcelamentos Cosern	8.278.469	7.694.237
	<u>73.981.188</u>	<u>107.529.661</u>
<u>Variações nos ativos e passivos</u>		
(Aumento) Diminuição dos ativos:		
Contas a receber e demais recebíveis	(41.500.894)	(17.852.562)
Estoques	(11.087.112)	(6.869.203)
Impostos a recuperar	(454.018)	3.597.574
Adiantamentos concedidos	138.509	(61.386)
Depósitos judiciais	2.321.838	4.049.747
Despesas do exercício seguinte	1.977	(5.042)
Créditos fiscais	(4.354.317)	
Baixa de Empréstimos compulsórios de combustíveis	-	844.864
Outros créditos de subvenções	(1.820.685)	
Aumento (Diminuição) dos passivos:		
Fornecedores	7.487.926	5.194.573
Obrigações tributárias	(716.695)	3.225.725
Obrigações sociais	2.485.492	696.968
Provisão para Contingências	4.602.311	1.034.458
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais	<u>31.085.519</u>	<u>101.385.378</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</u>		
Aquisição de imobilizado	(111.247.024)	(104.449.580)
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimentos	<u>(111.247.024)</u>	<u>(104.449.580)</u>
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</u>		
liberações de empréstimos e financiamentos	10.683.616	-
amortizações de empréstimos e financiamentos	(1.005.253)	-
Ingressos de parcelamentos de impostos	5.424.326	-
amortizações de parcelamentos de impostos	(2.577.189)	(10.574.053)
Ingressos de parcelamentos de serviços	-	-
amortizações de parcelamentos de serviços	(8.688.067)	(6.997.606)
Receitas diferidas	65.502.912	-
Créditos para futuro aumento de capital	19.144.171	59.686.546
Caixa líquido oriundos das (usado nas) atividades de financiamentos	<u>88.484.517</u>	<u>42.114.887</u>
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.323.012</u>	<u>39.050.685</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	76.641.250	68.318.238
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	68.318.238	29.267.553
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.323.012</u>	<u>39.050.685</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de Dezembro
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
1. RECEITA BRUTA	483.320.113	453.823.068
1.1 Prestação de serviços de água e esgoto	483.181.373	414.943.476
1.2 Outras receitas	138.740	38.879.592
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(302.437.005)	(264.760.261)
2.1 Custo dos serviços prestados	(230.106.746)	(188.519.438)
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(72.330.259)	(76.240.824)
2.3 Outras despesas operacionais		
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	180.883.109	189.062.807
4. DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(32.086.698)	(30.935.021)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	148.796.411	158.127.786
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	5.444.412	3.354.091
6.1 Receitas financeiras	5.444.412	3.354.091
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>154.240.823</u>	<u>161.481.876</u>
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1 Pessoal	75.692.583	62.865.851
8.1.1 Remuneração direta, benefícios, FGTS, participação nos lucros	75.692.583	62.865.851
8.2 Impostos, taxas e contribuições	44.796.428	39.471.526
8.2.1 Impostos gerais (federais, estaduais e municipais)	44.796.428	39.471.526
8.3 Remuneração de capitais de terceiros	28.880.132	17.488.445
8.3.1 Juros e atualização monetária	28.880.132	17.488.445
8.4 Remuneração de capitais próprios	4.871.679	41.656.055
8.4.1 Reservas de lucros	4.871.679	41.656.055
TOTAL VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>154.240.823</u>	<u>161.481.876</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro 2014
Em reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A **Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN**, com sede na Av. Senador Salgado Filho, 1555, Bairro do Tirol, município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, constituída mediante autorização da Lei Estadual nº 3.742 de 26 de junho de 1969, alterada pela Lei nº 4.747, de 06 de julho de 1978, é uma sociedade por ações, de capital fechado, em regime de economia mista.

São objetivos sociais da Companhia: a administração e a prestação dos serviços públicos de água e esgotos sanitários em todo o Estado do Rio Grande do Norte.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia atuava em 153 municípios no Estado do Rio Grande do Norte (153 em dezembro de 2013), em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário. Merecem destaque as 20 (vinte) maiores concessões de água e esgotos das quais a companhia é detentora:

Município	Faturamento Total em 2013 - em R\$	Quantidade de Economias	Vencimento da Concessão ou Termo de Compromisso	Legendas
Natal	162.776.845	264.234	30/04/2027	(1)
Mossoró	54.771.965	80.899	14/07/2025	(1)
Parnamirim	42.146.099	75.721	31/12/2014	(4)
Caicó	11.351.258	21.819	31/12/2016	(1)
Currais novos	7.202.893	12.634	28/08/2041	(2)
Macaíba	6.549.931	11.132	30/08/2016	(1)
Assú	7.435.773	13.399	23/07/2029	(1)
Macau	6.102.876	7.962	26/04/2033	(1)
Pau dos ferros	5.106.767	10.093	16/12/2029	(1)
Areia branca	4.659.175	7.087	31/12/2016	(2)
Nova cruz	4.187.119	9.634	17/12/2009	(3)
Parelhas	3.450.471	6.460	31/12/2016	(2)
João Câmara	3.676.421	7.660	25/03/1995	(3)
Apodi	3.450.970	7.363	05/10/2025	(1)
São José de Mipibu	2.869.732	5.514	31/12/2016	(2)
Caraúbas	2.623.267	5.338	07/05/2030	(1)
Goianinha	2.355.399	4.529	31/12/2016	(2)
Jucurutu	1.954.799	4.681	31/12/2016	(2)
Monte alegre	2.584.152	4.943	31/12/2016	(2)
São Paulo do Potengi	1.879.268	4.628	23/12/2029	(1)

Legendas:

- (1) Contrato regular.
- (2) Não há contrato, porém foi pactuado um termo de compromisso com o Município,
- (3) O Contrato está vencido e não possui nenhum documento que suporte relação contratual entre a Companhia e o Município.
- (4) Não há contrato, existe termo de compromisso, porém este está vencido.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

(b) Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e não contemplam as adequações às normas internacionais.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 - Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancário, e aplicações financeiras que representam investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). Essas aplicações financeiras são apresentadas ao valor de realização, incluindo os rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.2 - Ativos financeiros

2.2.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, sob as categorias de empréstimos e recebíveis e disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber.

2.2.2 - Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para a venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio líquido.

2.2.3 - *Impairment* de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado

2.3 - Contas a receber de clientes e outros recebíveis

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da prestação do serviço menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidencia objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.4 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Essa provisão é fundamentada em análise dos créditos pela administração, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

Para fins de cálculo da provisão para devedores duvidosos, foram considerados os títulos públicos e privados vencidos a mais de 180 dias, por serem estes classificados como de difícil recebimento.

2.5 - Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto sanitário são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem aos custos de reposição ou valores líquidos de realização.

2.6 - Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulante e não circulante são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos

2.7 - Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil, previstas para as companhias estaduais de saneamento básico. As principais taxas estão mencionadas na nota explicativa nº 8.

2.8 - Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis às suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e outras contas a pagar e parcelamento de impostos e de fornecedores.

(a) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(b) Parcelamentos de impostos

Os parcelamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor registrado e o valor efetivo a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os parcelamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento do parcelamento.

Os parcelamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, em função do prazo de vencimento das parcelas.

(c) Apresentação pelo líquido

Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.9 - Impostos e contribuições a recolher e parcelamento de impostos e contribuições sociais

Atualizados pelos encargos financeiros até a data do balanço.

2.10 – Provisões

As provisões tributárias e demandas judiciais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

2.11 - Demais passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

2.12 - Capital Social

As ações são classificadas no patrimônio líquido.

2.13 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais monetárias são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão

auferidas. As mesmas são registradas como receita diferida, no Passivo Não Circulante, durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

2.14 - Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Companhia das transferências econômicas recebidas da União por força dos convênios firmados. A receita está apresentada líquida de impostos, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

2.14 - Imposto de renda e contribuição social corrente e demais impostos federais

Os encargos do imposto de renda da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social determinados pelo regime do lucro real. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para o lucro excedente aos limites fiscais estabelecidos. A contribuição sobre o lucro líquido está constituída a alíquota de 9%.

Os encargos de Programa Integração Social – PIS e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, como a seguir:

- Programa Integração Social – PIS: alíquota de 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS: alíquota de 7,60%.

3. Caixa e equivalentes de caixa

3.1 – Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa	12.550	12.703
Depósitos bancários em conta corrente	18.853.428	7.227.226
Aplicações financeiras	<u>57.775.272</u>	<u>61.078.308</u>
	<u>76.641.250</u>	<u>68.318.238</u>

A Companhia mantém os recursos próprios provenientes de sua atividade aplicados em Certificados de Depósito Bancário – CDBs, títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. No exercício de 2014 as receitas financeiras provenientes dessas aplicações totalizaram R\$ 4.608.385 (2013 – R\$ 3.218.294).

Nos exercícios de 2014 e de 2013, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 – Movimentação das aplicações financeiras

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo em 31/12/2013	61.078.308	23.042.548
Novas aplicações	346.710.927	183.217.216
Rendimentos	4.608.385	3.218.294
Resgates	<u>(354.622.349)</u>	<u>(148.399.750)</u>
Saldo em 31/12/2014	<u>57.775.272</u>	<u>61.078.308</u>

Os ativos financeiros incluem somente valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum destes valores está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

4. Contas receber de clientes e outros recebíveis

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Circulante</u>		
Recebíveis dos serviços de água e esgoto	256.797.420	217.827.798
Parcelamentos de conta de água e esgoto	7.393.260	5.742.142
Prestação de outros serviços	9.494.338	9.242.623
Financiamentos de serviços	2.200.317	1.520.431
Arrecadação em processo de classificação	4.581.588	3.877.555
(-) Pagamentos em duplicidade	(5.593.347)	(5.512.836)
(-) Outros valores	(2.365.679)	(1.497.606)
(-) Provisão para devedores duvidosos	<u>(212.650.221)</u>	<u>(185.099.056)</u>
	<u>59.857.675</u>	<u>46.101.051</u>
<u>Não circulante</u>		
Parcelamentos de conta de água e esgoto	4.371.387	4.230.904
Financiamentos de serviços	69.847	17.225
	<u>4.441.234</u>	<u>4.248.130</u>
Total	<u>64.298.909</u>	<u>50.349.180</u>

Os vencimentos dos recebíveis dos serviços de água e esgoto são como seguem:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
A Vencer	21.853.578	17.615.767
Vencidos de 01 a 30 dias	19.210.443	15.296.018
Vencidos de 31 A 60 dias	12.185.812	9.977.109
Vencidos de 61 A 90 dias	7.462.924	6.179.272
Vencidos de 91 A 120 dias	5.914.323	4.473.414
Vencidos de 121 A 180 dias	9.123.734	7.307.981
Vencidos acima de 181 dias	<u>211.539.573</u>	<u>185.099.056</u>
	<u>287.290.388</u>	<u>245.948.618</u>

As contas a receber de clientes e demais recebíveis são provenientes dos faturamentos de serviços de fornecimento de água, esgotamento sanitário, além de parcelamentos de contas realizados junto aos consumidores, sendo para esse grupamento de parcelamentos, realizado o Ajuste a Valor Presente – AVP. As contas a receber são mantidas apenas em Reais, não havendo contas a receber em moeda estrangeira.

5. Estoques

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Materiais em almoxarifado	33.576.055	21.600.442
Materiais em trânsito	4.218.537	5.107.038
	<u>37.794.592</u>	<u>26.707.480</u>

6. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte s/ aplicações	-	1.370.712
Imposto de Renda Retido na Fonte - Lei 9.430/96	-	1.732.939
Programa de integração social (PIS) - Lei 10.637/02	44.498	471.990
Cont. p/ Financ. Segur. Social (COFINS) - Lei 10.833/03	94.199	2.063.195
Cont. social s/ lucro líquido (CSLL) - Lei 9.430/96	-	364.192
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a recuperar	4.981.108	-
Cont. social sobre o lucro líquido (CSLL) a recuperar	1.337.242	-
	<u>6.457.047</u>	<u>6.003.029</u>

7. Créditos fiscais

A Companhia reconheceu créditos compensáveis com lucros tributários futuros, calculados sobre prejuízos e provisões temporariamente não dedutíveis, controlados na parte “B” do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, em contrapartida ao resultado do período, nos montantes abaixo especificados:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Prejuízo fiscal - Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	19.075.376	19.075.376
Créditos inter temporais - Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	4.617.313	1.925.228
Prejuízo fiscal - Contribuição social s/Lucro Líquido (CSLL)	1.620.422	1.620.422
Créditos inter temporais - Contribuição social s/Lucro Líquido (CSLL)	1.662.233	-
	<u>26.975.343</u>	<u>22.621.025</u>

8. Imobilizado

O imobilizado está assim distribuído:

	Taxas de Depreciação	2014		2013
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Custo Líquido
Em Operação				
Sistemas de abastecimento de água	2% a 10%	453.492.416	(293.374.112)	160.118.304
Sistemas de esgoto sanitário	2% a 10%	268.821.904	(64.487.736)	204.334.168
Bens de uso geral	10% a 25%	54.513.927	(31.805.373)	22.708.553
		<u>776.828.246</u>	<u>(389.667.221)</u>	<u>387.161.025</u>
Em Andamento				
Sistemas de abastecimento de água		193.386.894	-	193.386.894
Sistemas de esgoto sanitário		186.835.790	-	186.835.790
Bens de uso geral		-	-	-
Estoques de obras		21.656.128	-	21.656.128
		<u>401.878.813</u>	<u>-</u>	<u>401.878.813</u>
		1.178.707.059	(389.667.221)	789.039.838

A mutação do imobilizado ocorrida entre os exercícios de 2013 e 2014 foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2013	(+) Adições ocorridas	(+) Depreciações apuradas	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2014
Imobilizado Técnico					
Custo Corrigido					
Sistemas de abastecimento de água	426.873.543	25.581.986	-	1.036.887	453.492.416
Sistemas de esgoto sanitário	258.988.244	9.676.873	-	156.787	268.821.904
Bens de uso geral	50.001.075	4.512.852	-	-	54.513.927
	<u>735.862.861</u>	<u>39.771.711</u>	<u>-</u>	<u>1.193.674</u>	<u>776.828.246</u>
Depreciação Acumulada					
Sistemas de abastecimento de água	(273.091.531)	-	(20.282.581)	-	(293.374.112)
Sistemas de esgoto sanitário	(55.523.969)	-	(8.963.768)	-	(64.487.736)
Bens de uso geral	(28.965.024)	-	(2.840.349)	-	(31.805.373)
	<u>(357.580.523)</u>	<u>-</u>	<u>(32.086.698)</u>	<u>-</u>	<u>(389.667.221)</u>
Imobilizado Técnico Líquido	378.282.338	39.771.711	(32.086.698)	1.193.674	387.161.025
Imobilizado em Andamento					
Sistemas de abastecimento de água	152.323.883	42.099.898	-	(1.036.887)	193.386.894
Sistemas de esgoto sanitário	153.916.275	33.076.302	-	(156.787)	186.835.790
Bens de uso geral	-	-	-	-	-
Estoques de obras	25.357.016	(3.700.888)	-	-	21.656.128
Total de Imobilizado em Andamento	331.597.174	71.475.313	-	(1.193.674)	401.878.813
Imobilizado Total	709.879.512	111.247.024	(32.086.698)	-	789.039.838

9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar da Companhia estavam assim dispostos nas datas de encerramento de balanço:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Programa Planasa	16.244.709	10.351.506
Recursos próprios - outros programas	18.831.067	12.512.581
Serviços prestados por terceiros	6.810.159	11.464.863
Depósitos e retenções contratuais	654.003	549.304
Outras contas a pagar	525	174.282
	<u>42.540.463</u>	<u>35.052.537</u>

Os saldos dos principais fornecedores por programa no ano de 2014 foram os seguintes:

Programa Planasa

<u>Nome do Fornecedor</u>	<u>31/12/2014</u>
Empresa de Construções Civis Ltda.	4.536.615
Saint-Gobain Canalizações Ltda.	3.644.018
Petrofisa do Brasil Ltda.	2.663.826
Construtora Cristal Ltda.	2.339.173
Coengen-Comércio e Engenharia Ltda.	585.703
Asperbras Nordeste Irrigação Ltda.	430.087
Certa Construções Civis e Ind. Ltda.	425.031
Aquamec Equipamentos Ltda.	285.708
Angolini & Angolini Ltda.	175.900
Maria Josinele Fernandes	137.708
Subtotal	15.223.768
Demais fornecedores (cerca de 40 cadastrados)	1.020.941
Total geral	<u>16.244.709</u>

Recursos próprios - outros programas

<u>Nome do Fornecedor</u>	<u>31/12/2014</u>
DNOCS – Depto. Nacional de Obras Contra a Seca	1.695.131
Policard systems e serviços Ltda.	1.645.178
Beraca Sabara Químicos e Ingred. Ltda.	1.441.286
Prominas Brasil Equipamentos Ltda.	1.352.397
Ecocil - Empresa de Construções Civis	1.067.155
Ballottin Máquinas Ltda.	1.010.400
HI projetos & Construções Ltda.	941.015
Hapvida Assistência Médica Ltda.	611.807
BB Previdência Fundo Pensão Banco Brasil	555.414
Behring Segurança Privada Ltda.	433.841
Subtotal	10.753.624
Demais fornecedores (cerca de 900 cadastrados)	8.077.443
Total geral	<u>18.831.067</u>

Serviços prestados por terceiros

<u>Nome do Fornecedor</u>	<u>31/12/2014</u>
Companhia Energética do RN - COSERN	6.458.068

DNOCS – Depto. Nacional de Obras Contra a Seca	317.751
Telemar Norte Leste S.A	13.170
Detran	7.506
Vivo S.A	6.566
Hospital Infantil Varela Santiago	4.245
Instituto Juvino Barreto	1.672
EBCT Empresa brasileira de Correios Telégrafos	907
Cooperativa de Entregadores de Merc.	276
Total geral	6.810.159

10. Empréstimos e financiamentos

Durante o exercício social de 2014, a Companhia e o Banco do Brasil assinaram contrato de empréstimo *Finame* no valor de R\$ 10.683.616 para a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos pesados. A movimentação ocorrida e seus respectivos aspectos serão apresentados a seguir:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não-Circulante	Circulante	Não-Circulante
Banco do Brasil	2.196.699	7.613.768	-	-
	2.196.699	7.613.768	-	-

As mutações ocorridas no período referente aos empréstimos e financiamentos da Companhia estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2013	(+) Liberações	(-) Amortizações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2014
CIRCULANTE						
Banco do Brasil	-	10.683.616	(1.005.253)	132.104	(7.613.768)	2.196.699
	-	10.683.616	(1.005.253)	132.104	(7.613.768)	2.196.699
NÃO CIRCULANTE						
Banco do Brasil	-	-	-	-	7.613.768	7.613.768
	-	-	-	-	7.613.768	7.613.768
Total	-	10.683.616	(1.005.253)	132.104	-	9.810.466

11. Obrigações tributárias

	31/12/2014	31/12/2013
<u>Impostos e contribuições a recolher</u>		
Programa de Integração Social (PIS)	52.563	295.678
Cont. p/ Financ. da Seguridade Social (COFINS)	241.880	1.361.891
Imposto Sobre Serviços (ISS)	1.856.439	1.665.144
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.282.341	1.282.341
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	1.030
	3.433.223	4.606.085
<u>Impostos retidos a recolher</u>		
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	27.362	19.390
Programa de Integração Social (PIS)	26	26
INSS Retido s/ cessão de mão-de-obra de Terceiros Pessoa Física	971.474	716.132
PIS/PASEP retido - Lei 10.833/03	13.360	16.072
COFINS retido - Lei 10.833/03	27.186	39.701
CSLL retido - Lei 10.833/03	8.728	12.900
	1.048.136	804.222
<u>Provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social</u>		

Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ)	1.633.185	1.481.484
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	596.029	535.478
	<u>2.229.214</u>	<u>2.016.962</u>
	<u>6.710.573</u>	<u>7.427.268</u>

12. Obrigações sociais

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Folha de pagamento e encargos</u>		
Salários a pagar dos funcionários e estagiários	87.452	-
Honorários a pagar	1.023	1.771
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	956.536	863.646
Instituto nacional da seguridade social (INSS)	2.879.964	2.320.769
Contribuição sindical	1.096	3.756
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	513.263	707.502
Sesi / Senai / Sebrae	470.332	470.332
Consignações a recolher	<u>1.064.750</u>	<u>1.048.072</u>
	<u>5.974.417</u>	<u>5.415.848</u>
<u>Provisões</u>		
Férias e encargos	<u>11.111.815</u>	<u>9.184.892</u>
	<u>11.111.815</u>	<u>9.184.892</u>
	<u>17.086.232</u>	<u>14.600.740</u>

13. Parcelamentos de impostos

Os parcelamentos de impostos estão representados pelo Parcelamento Especial – PAES mantido junto a Secretaria da Receita Federal e tiveram sua consolidação oficializada durante o exercício social de 2014. Em 31/12/2014 os saldos são os seguintes:

	<u>31/12/2014</u>		<u>31/12/2013</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não-Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não-Circulante</u>
Parcelamento da Lei No. 12.996/2014	1.169.426	4.271.311	-	-
Parcelamento da Lei No. 11.941/2009	<u>360.940</u>	<u>3.771.955</u>	<u>1.469.690</u>	<u>4.195.732</u>
	<u>1.530.366</u>	<u>8.043.266</u>	<u>1.469.690</u>	<u>4.195.732</u>

As mutações ocorridas no período referente aos processos de parcelamentos da Companhia estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2013	(+) Ingressos	(-) Amortizações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2014
<u>CIRCULANTE</u>						
Parcelamento da Lei No. 12.996/2014	-	5.424.326	(1.044.662)	1.061.074	(4.271.311)	1.169.427
Parcelamento da Lei No. 11.941/2009	1.469.690	-	(1.532.526)	-	423.776	360.940
	<u>1.469.690</u>	<u>5.424.326</u>	<u>(2.577.189)</u>	<u>1.061.074</u>	<u>(3.847.535)</u>	<u>1.530.366</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
Parcelamento da Lei No. 11.941/2009	-	-	-	-	4.271.311	4.271.311
Parcelamento da Lei No. 11.941/2009	4.195.732	-	-	-	(423.776)	3.771.955
	<u>4.195.732</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.847.535</u>	<u>8.043.267</u>
Total	<u>5.665.421</u>	<u>5.424.326</u>	<u>(2.577.189)</u>	<u>1.061.074</u>	<u>-</u>	<u>9.573.633</u>

14. Parcelamento Cosern

	31/12/2014		31/12/2013	
	Circulante	Não-Circulante	Circulante	Não-Circulante
Cosern Contrato 2016/CCE/04	10.729.669	126.746.452	16.383.239	121.502.480
	10.729.669	126.746.452	16.383.239	121.502.480

As mutações ocorridas no período referente aos processos de parcelamentos mantidos junto a Cosern estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2013	(+) Ingressos	(-) Amortizações	(+) Juros / Var. Monetária	(+/-) Transferências	Saldo em 31/12/2014
<u>CIRCULANTE</u>						
Cosern Contrato 2016/CCE/04	16.383.239	-	(8.688.067)	-	3.034.497	10.729.669
	16.383.239	-	(8.688.067)	-	3.034.497	10.729.669
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
Cosern Contrato 2016/CCE/04	121.502.480	-	-	8.278.469	(3.034.497)	126.746.452
	121.502.480	-	-	8.278.469	(3.034.497)	126.746.452
Total	137.885.719	-	(8.688.067)	8.278.469	-	137.476.121

15. Provisões para demandas judiciais

Refere-se a diversos processos relativos a reclamações trabalhistas e indenizações, provisionadas com base em estudos promovidos pela Assessoria Jurídica da Companhia. Os saldos apresentavam-se com os seguintes valores:

	31/12/2014	31/12/2013
<u>Provisões para demandas judiciais</u>		
Questões trabalhistas	4.564.352	8.935.720
Questões cíveis	13.904.898	4.931.219
	18.469.251	13.866.940
<u>Depósitos judiciais</u>		
Judiciais	(959.368)	(3.281.206)
	(959.368)	(3.281.206)
(=) Saldo Líquido	17.509.883	10.585.734

16. Receita diferida

Durante o exercício de 2014 a Companhia optou por registrar no grupamento do “Passivo Não Circulante – Receita diferida” os valores provenientes de repasses do Orçamento Geral da União – OGU recebidos a título de convênios para construção de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios do Estado do Rio Grande do Norte. Nesse caso, em 2014 a posição da empresa era a seguinte:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Receita de subvenções</u>		
Convênios com o Governo federal	65.502.912	-
	65.502.912	-
<u>Outros créditos de subvenções - Bloqueios judiciais de convênios</u>		
Governo federal	(1.820.685)	-
	(1.820.685)	-
(=) Saldo Líquido	63.682.227	-

17. Patrimônio líquido

17.1 - Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está representado pelas seguintes ações assim distribuídas:

	<u>31/12/2014</u>		<u>31/12/2013</u>	
	<u>Quantidade de Ações</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade de Ações</u>	<u>%</u>
Ordinárias	833.414.797	99,98%	773.728.346	99,98%
Preferenciais	156.909	0,02%	156.909	0,02%
	833.571.706	100,00%	773.885.255	100,00%

As ações preferenciais têm direito a prioridade na distribuição de dividendos mínimos não cumulativos, de 6% ao ano e prioridade no caso de liquidação e no reembolso do capital sem direito a prêmio, bem como participação, sem restrições no aumento do capital e decorrentes da capitalização de recursos e lucros.

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte participa com 95,30% e o Banco do Estado do Rio Grande do Norte – BANDERN (em liquidação judicial), participa com 4,55% das ações ordinárias da Companhia. Os demais 0,15% de ações ordinárias estão divididas entre a União Federal, órgãos estaduais e municipais e pessoas físicas. As ações preferenciais são integralmente da União Federal.

17.2 - Reserva de capital

A reserva de capital compreende incentivos fiscais e doações recebidas pela Companhia em exercícios anteriores e que poderá ser utilizada apenas para aumento de capital

17.3 - Adiantamento para futuro aumento de capital

Compreende dos valores recebidos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (acionista majoritário), durante o exercício social de 2014 e que deverá ser capitalizado no exercício social de 2015.

17.4 - Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	4.871.679	41.656.055
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	833.814.797	773.728.346
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	<u>0,0058</u>	<u>0,0538</u>

18. Receita líquida

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas de serviços de abastecimento d'água		
Direta do serviço		
Tarifa residencial	315.384.251	273.469.376
Tarifa comercial	30.725.994	22.681.088
Tarifa industrial	8.051.040	7.420.098
Órgãos públicos	<u>31.631.592</u>	<u>28.924.500</u>
	<u>385.792.878</u>	<u>332.495.062</u>
Indiretas do serviço		
Ligações	2.282.037	1.730.658
Acréscimo por impontualidade	11.931.070	10.121.887
Religações e sanções	2.424.331	2.533.289
Contribuição para hidrometria	45.850	22.396
Ampliações	118.316	36.972
Outras receitas indiretas	<u>3.189.597</u>	<u>2.863.217</u>
	<u>19.991.201</u>	<u>17.308.419</u>
Total das receitas serviços de abastecimento d'água	<u>405.784.079</u>	<u>349.803.481</u>
Receitas de serviços de esgotos		
Direta do serviço		
Tarifa residencial	42.598.169	36.241.610
Tarifa comercial	14.291.459	12.231.460
Tarifa industrial	12.313.849	9.585.108
Órgãos públicos	<u>7.956.789</u>	<u>6.951.939</u>
	<u>77.160.266</u>	<u>65.010.118</u>
Indiretas do serviço		
Ligações	164.810	99.611
Ampliações	<u>72.219</u>	<u>30.267</u>
	<u>237.029</u>	<u>129.877</u>
Total das receitas de serviços de esgotos	<u>77.397.294</u>	<u>65.139.995</u>
Total do faturamento bruto de água e esgoto	<u>483.181.373</u>	<u>414.943.476</u>
Demais receitas		
Repasses da união federal	-	38.582.621
Locação de imóveis	122.950	101.365
Venda de bens do Imobilizado	-	184.940

Taxa de cadastro de fornecedores	5.090	9.780
Outras receitas	10.700	886
	138.740	38.879.592
Total das receitas brutas	483.320.113	453.823.068
(-) Deduções de impostos sobre receitas		
COFINS sobre receitas	(35.822.971)	(30.773.479)
PIS sobre receitas	(7.777.356)	(6.681.084)
Total	(43.600.327)	(37.454.564)
Receita operacional líquida	439.719.787	416.368.504

19. Custo dos serviços prestados

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Sistema de abastecimento de água		
Despesas com pessoal	(74.670.230)	(66.392.448)
Despesas com material	(30.809.357)	(21.435.313)
Serviços de terceiros	(95.052.840)	(74.270.099)
Despesas gerais	(1.515.177)	(1.304.707)
Depreciações e amortizações	(20.282.581)	(19.777.935)
	<u>(222.330.185)</u>	<u>(183.180.502)</u>
Sistema de esgoto sanitário		
Despesas com pessoal	(15.825.598)	(14.173.775)
Despesas com material	(2.157.821)	(806.625)
Serviços de terceiros	(11.986.668)	(11.968.369)
Despesas gerais	(929.404)	(764.534)
Depreciações e amortizações	(8.963.768)	(8.560.653)
	<u>(39.863.259)</u>	<u>(36.273.956)</u>
	<u>(262.193.444)</u>	<u>(219.454.458)</u>

20. Despesas administrativas

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Despesas administrativas		
Despesas de unidade de estrutura orgânica		
Administração central		
Despesas de pessoal	(29.960.979)	(24.046.874)
Despesas com material	(565.073)	(565.056)
Serviços de terceiros	(9.977.982)	(9.127.845)
Despesas gerais	(4.554.146)	(6.516.002)
	<u>(45.058.180)</u>	<u>(40.255.778)</u>
Regionais		
Despesas de pessoal	(10.507.649)	(8.996.187)
Despesas com material	(2.586.745)	(2.399.237)
Serviços de terceiros	(5.251.590)	(5.677.333)
Despesas gerais	(1.401.192)	(645.429)
	<u>(19.747.176)</u>	<u>(17.718.186)</u>
Depreciações e amortizações		
Depreciação e amortização		
Depreciações	(2.840.349)	(2.596.433)
	<u>(2.840.349)</u>	<u>(2.596.433)</u>
Total das despesas administrativas	<u>(67.645.706)</u>	<u>(60.570.396)</u>
Despesas capitalizáveis		

Administração central		
Despesa de pessoal	(13.591.987)	(12.443.540)
Despesas com material	(349.857)	(96.133)
Serviços de terceiros	(5.537.966)	(4.545.180)
Despesas gerais	(270.245)	(545.334)
Total das despesas capitalizáveis	(19.750.055)	(17.630.187)
Despesas não operacionais		
Outras despesas		
Despesa com pessoal a disposição	(130.950)	(150.718)
Total das despesas não operacionais	(130.950)	(150.718)
Ressarcimento com pessoal a disposição	72.785	167.847
Ressarcimento para pagamento Unimed/Hapivida	515.546	495.058
Ressarcimento do IASAN	84	592
Por uso/danos propriedade da empresa	9.618	23.693
Outros ressarcimentos	1.135.442	2.754.609
Ressarcimento de vale transporte	144.466	132.554
Ressarcimento de multas de trânsito	3.741	3.712
Devedores por adiantamento por falta prestação de contas	-	692
	1.881.682	3.578.756
Total geral das despesas administrativas	(85.645.028)	(74.772.545)

21. Despesas comerciais

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Administração central</u>		
Despesas de pessoal	(2.877.358)	(2.604.449)
Despesas com material	(223.230)	(124.394)
Serviços de terceiros	(7.133.812)	(6.278.117)
Despesas gerais	(24.483)	(52.617)
	(10.258.883)	(9.059.577)
<u>Regionais</u>		
Despesas de pessoal	(20.505.342)	(18.202.839)
Despesas com material	(192.240)	(139.871)
Serviços de terceiros	(2.048.512)	(7.161.107)
Despesas gerais	(1.011.112)	(336.545)
	(23.757.205)	(25.840.362)
Perdas na realização de créditos	(27.551.165)	(25.095.822)
Baixa de ativos de contas a receber	(673.922)	(3.737.694)
Ajuste a valor presente	(136.640)	(600.675)
Total das despesas comerciais	(62.377.814)	(64.334.130)

22. Receitas financeiras

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimentos de aplicação (rendimentos a creditar)	4.608.385	3.218.294
Descontos recebidos	112.456	135.796
Total das receitas financeiras	4.720.840	3.354.091
<u>Receitas de variação monetária</u>		
Juros ativos	723.571	-

Receitas de variação monetária	723.571	-
Total das receitas financeiras	5.444.412	3.354.091

23. Despesas financeiras

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Despesas de financiamentos internos</u>		
Despesas de financiamentos	(885.494)	(102.129)
Juros e taxas	(8.806.906)	(12.981.295)
Correção monetária	(8.285.837)	-
Total das despesas de financiamentos internos	(17.978.237)	(13.083.424)
<u>Despesas tributárias</u>		
Impostos	(855.591)	(32.529)
IPTU	(22.320)	(105.225)
Taxas	(126.662)	(551.391)
Taxa de concessão municipal	(1.863.249)	(1.694.577)
Total das despesas tributárias	(2.867.822)	(2.383.722)
<u>Outras despesas</u>		
Juros extra financiamento	(5.835.976)	(133.293)
Multas extra financiamento	(2.114.860)	(1.775.009)
Taxa extra refinanciamento	-	(2.600)
IRRF s/ aplicações financeiras	(42)	(29.062)
IOF	(83.195)	(81.335)
Outras despesas	(8.034.073)	(2.021.298)
Total das despesas financeiras	(28.880.132)	(17.488.445)

24. Contingências fiscais

As declarações de rendimentos e demais encargos resultantes das operações da Companhia estão sujeitas a exames por parte das autoridades fiscais, dentro dos prazos prescricionais.

25. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

a) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a risco de crédito, risco de liquidez e risco taxa de juros.

(I) *Risco de crédito* – é o risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, principalmente contas a receber.

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer em face de eventuais perdas na sua realização.

(II) *Risco de liquidez* - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente dos serviços de água e esgoto. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa (Nota 04)

(III) *Risco de taxas de juros* – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI;

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

26. Eventos subsequentes

Em 24 de fevereiro de 2015, o Supremo Tribunal Federal, através do relator do processo, Ministro Luiz Fux, emitiu Recurso Extraordinário de No. 858.893 que confere à Companhia imunidade tributária sobre os impostos de âmbito federal. Conforme trecho do referido recurso, a Suprema Corte pacificou a questão no sentido de que a imunidade tributária recíproca alcança as sociedades de economia mista delegatárias de serviços públicos. O Supremo Tribunal Federal tem acolhido, excepcionalmente, a possibilidade de conferir a imunidade recíproca às empresas públicas e sociedades de economia mista, prestadoras de serviço público essencial, fora do regime de concorrência e que não distribuem lucros aos investidores públicos e privados.

Para ser efetivamente homologado em caráter definitivo e a Companhia passar a utilizar de tal benefício tributário, faz-se necessário que os demais ministros do Supremo Tribunal Federal acatem a decisão do juiz relator. A expectativa da gestão da Companhia é de que durante o exercício de 2015 esse tema estará superado e trará à Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN os benefícios de caixa provenientes do não recolhimento de tributos federais a partir de um determinado período.

Ademais, não ocorreram novos eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de divulgação das demonstrações financeiras que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a situação financeira e os resultados da companhia.

DIRETORIA

Yuri Tasso Duarte Queiroz Pinto
Diretor Presidente

Jailton José Barbosa Tinoco
Diretor Administrativo

João Maria Alves de Castro
Diretor Comercial e Financeiro

Ricardo da Fonseca Varela Filho
Diretor Técnico

CONTADOR

Alex Souza da Costa
Contador – CRC – RN – 006783/O-5